

Ministério do Trabalho e Emprego**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 1.656, DE 12 DE AGOSTO DE 2011**

Altera o Termo de Referência aprovado pela Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009 do Consórcio Social da Juventude - CSJ, da modalidade Projovem Trabalhador, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, bem como do Capítulo IV do Título II do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do art. 1º do Anexo I do Decreto 5.063, de 3 de maio de 2004, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 11.692 de 10 de junho de 2008, regulamentada pelo Decreto Nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, resolve:

Art. 1º O segundo parágrafo do item 5 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "Durante a execução das ações de qualificação social e profissional serão abordados temas transversais como estímulo e apoio à elevação da escolaridade, economia solidária, equidade de gênero, gestão pública, terceiro setor, português, matemática e língua estrangeira."

Art. 2º O item 5.1 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "CARGA HORÁRIA

O Projovem Trabalhador - CSJ terá uma carga horária de 350 horas-aula custeadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo 100 horas-aula de Qualificação Social e 250 horas-aula de Qualificação Profissional.

A carga horária será distribuída em 24 (vinte e quatro) semanas, sendo 15 (quinze) horas-aula por semana, conforme o quadro a seguir:

Qualificação Social	Qualificação Profissional	Total
100 horas-aula em 07 semanas	250 horas-aula em 17 semanas	350 horas-aula em 24 semanas
15 horas-aula por semana		

Art. 3º O item 5.2 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009 passa a ter a seguinte redação: "ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL

- Os cursos de qualificação social do Projovem Trabalhador - CSJ terão o seguinte conteúdo:

- Inclusão digital em laboratório com acesso à internet- 40 horas-aula.

- Valores humanos, ética e cidadania - 10 horas-aula.

- Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida - 10 horas-aula.

- Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho - 20 horas-aula.

- Empreendedorismo - 20 horas-aula.

Art. 4º O item 5.3 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "ITENS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A oferta de cursos de qualificação profissional deverá estar em consonância com a demanda de empregabilidade que será demonstrada no Projeto Técnico e no Plano de Trabalho que integrarão o convênio do Projovem Trabalhador - CSJ.

As aulas práticas deverão ser desenvolvidas em condições laboratoriais, ou seja, as pessoas jurídicas públicas ou privadas contratadas para prestarem os serviços de qualificação profissional poderão utilizar tanto instalações próprias com reprodução das condições reais, de acordo com o curso, bem como fazer parcerias com outras pessoas jurídicas, desde que, quando da execução das aulas, o parceiro não utilize os jovens para o funcionamento regular de suas atividades.

O conteúdo da oferta dos cursos de qualificação profissional deverá ser elaborado com base na seguinte relação de arcos ocupacionais:

- Administração
- Agro Extrativista
- Alimentação
- Arte e Cultura
- Comunicação e Marketing Social
- Construção e Reparos
- Educação
- Esporte e Lazer
- Gráfica
- Joalheria
- Madeira e Móveis
- Metalmeccânica
- Pesca / Piscicultura
- Saúde
- Serviços Domésticos
- Serviços Pessoais (Beleza Estética)
- Telemática
- Transporte
- Turismo e Hospitalidade
- Vestuário
- Outros

O MTE disponibilizará a matriz do material pedagógico que será aplicada pelos Entes que aderirem ao Projovem Trabalhador - CSJ."

Art. 5º O item 6 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "INSERÇÃO DO JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO

Fica estabelecida para os Convenientes do Projovem Trabalhador - CSJ a meta mínima obrigatória de 30% de inserção de jovens qualificados no mundo do trabalho.

Para fins de comprovação da inserção dos jovens no mundo do trabalho, discriminam-se abaixo as modalidades de inserção aceitas pelo MTE e os documentos comprobatórios a serem apresentados:

I - Inserção via Emprego Formal. Serão aceitos como comprovantes cópias legíveis das páginas das carteiras de trabalho dos jovens, onde constam os dados (nome, CPF, Carteira de Identidade) e o registro pela empresa contratante. Serão aceitos, também, comprovantes originários dos sistemas informatizados disponibilizados pelo MTE;

II - Inserção via Estágio ou Jovem Aprendiz. Será aceito como comprovante cópia legível do contrato celebrado com a empresa ou órgão onde o jovem for inserido; e

III - Inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR). Serão aceitos os seguintes comprovantes:

a) registro e abertura de microempresa pelo jovem ou participação como sócio ou cotista: comprovante de registro ou protocolo e/ou licença municipal ou estadual de funcionamento;

b) registro como profissional autônomo.

c) financiamento para implantação de empreendimento próprio: comprovante do empréstimo, parecer favorável ou financiamento e/ou carta de aprovação do projeto;

d) aquisição de espaço físico para funcionamento do negócio: contrato de comodato do imóvel, contrato de aluguel do imóvel e/ou termo de parceria para concessão de espaço físico com comprovação da titularidade do imóvel;

e) prestação de serviço a terceiros, mediante contrato de prestação de serviços;

f) participação em associação ou cooperativa em funcionamento: contratos sociais, estatutos, ata de diretoria e/ou lista de associados; e

g) aquisição, pelo jovem, de equipamentos e insumos produtivos condizentes com o arco cursado: nota fiscal de compra e/ou termo de doação com especificação.

O não cumprimento da meta mínima de inserção de que trata o item anterior obrigará o Conveniente a restituir 50% (cinquenta por cento) do valor gasto na qualificação social e profissional por jovem não inserido no mundo do trabalho."

Art. 6º O item 7 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "EVASÃO E SUBSTITUIÇÃO DE JOVENS

Para efeito do cumprimento da meta de inserção, será aceita a taxa de evasão de até 10% (dez por cento) da meta pactuada com o MTE nos cursos de qualificação do Projovem Trabalhador - CSJ.

O valor total da qualificação gasto com o que excedeu à taxa de evasão de que trata o parágrafo anterior será objeto de restituição pelo conveniente ao MTE.

A substituição dos jovens que porventura desistirem de frequentar os cursos, somente poderá ser efetivada caso tenha sido executado até 25% (vinte e cinco por cento) das 350 horas-aula de qualificação."

Art. 7º O item 8 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "EGRESSOS

Os jovens do Projovem Trabalhador - CSJ que não foram inseridos no mundo do trabalho durante a participação no Programa - serão inscritos junto ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Esses jovens serão denominados de "Egressos do Projovem Trabalhador - CSJ", para efeitos de monitoramento, acompanhamento e avaliação da inserção posterior no mundo do trabalho.

Constitui obrigação do conveniente providenciar a inscrição dos jovens egressos do Projovem Trabalhador - CSJ junto às unidades de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Os jovens egressos do Projovem Trabalhador não poderão, em nenhuma hipótese, participar novamente do programa."

Art. 8º O item 9 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "AUXÍLIO FINANCEIRO

O MTE custeará o auxílio financeiro ao jovem participante do projeto, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), comprovadas por meio da frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades do mês. Não haverá prejuízo da alocação adicional de recursos do proponente para também custear novos auxílios financeiros.

O jovem que venha a substituir outro jovem evadido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme Item 6, receberá o número de parcelas do auxílio financeiro correspondentes a quantidade de horas que frequentar.

É vedada a cumulatividade da percepção do auxílio financeiro do Projovem Trabalhador com benefícios de natureza semelhante recebidos em decorrência de outros programas federais, permitida a opção por um deles.

Consideram-se de natureza semelhante ao auxílio financeiro mensal, a que se refere o parágrafo anterior, os benefícios pagos por programas federais dirigidos a indivíduos da mesma faixa etária do Projovem."

Art. 9º O item 10 do Termo de Referência anexo à Portaria Nº 2.043, de 22 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação: "AGENTES

10.1. São agentes do Projovem Trabalhador - CSJ neste Termo de Referência:

I - o MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/MTE na condição de gestora do Projovem Trabalhador e executora de suas transferências financeiras, bem como na condição de supervisora em conjunto com as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTE; e

II - as entidades privadas sem fins lucrativos na condição de convenientes, observadas especialmente as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, no Decreto nº 6.170/2007 e na Portaria Interministerial MPO/MF/CGU nº 127/2008.

10.1.1. São obrigações do MTE:

I - supervisionar, em conjunto com as SRTE, a execução do Projovem Trabalhador - CSJ, mantendo o acompanhamento, o monitoramento, o controle, a fiscalização e a avaliação da execução do convênio, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados;

II - analisar e aprovar a proposta de Projeto Básico e Proposta de Trabalho apresentados pelos candidatos a conveniente no Projovem Trabalhador - CSJ;

III - analisar e aprovar as propostas de reformulação do projeto técnico e plano de trabalho integrante do convênio celebrado, desde que apresentadas, por escrito, dentro do prazo de vigência do convênio, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança do seu objeto;

IV - fornecer dados, informações e orientações à equipe técnica do conveniente, para a boa execução e consecução dos objetivos do convênio;

V - providenciar, junto ao Banco do Brasil S/A, a abertura de conta específica para movimentação dos recursos do convênio;

VI - transferir ao conveniente, depositando na conta específica do convênio, os recursos financeiros previstos para a execução das ações, conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado, observados os dispositivos do art. 20, bem como do inciso II do art. 43 da Portaria Interministerial MPO/MF/CGU nº 127/2008;

VII - exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução do convênio, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, transferindo a responsabilidade pela execução do mesmo, no caso de paralisação das atividades por força de qualquer fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas, nos termos dos arts. 51 a 55 da Portaria Interministerial MPO/MF/CGU Nº 127/2008, segundo periódica verificação "in loco" por parte do concedente;

VIII - orientar a correta divulgação do Projovem Trabalhador - CSJ;

IX - analisar e aprovar as prestações de contas encaminhadas pelo conveniente;

X - disponibilizar ao conveniente, bem como às pessoas jurídicas, públicas ou privadas, por ele contratadas para prestar serviços na qualificação social e profissional, o acesso ao Sistema de Informações do Projovem Trabalhador - SINPROJOVEM, para execução dos procedimentos estabelecidos referentes ao pagamento do auxílio financeiro e inserção de informações sobre a execução das ações;

XI - disponibilizar os recursos necessários na Conta Suprimento do Auxílio Financeiro, para pagamento das parcelas do auxílio financeiro aos jovens beneficiários do Projovem Trabalhador - CSJ;

XII - formular orientações sobre os conteúdos de qualificação social e profissional do Projovem Trabalhador - CSJ; e

XIII - exercer o controle e a fiscalização sobre a execução das atividades inerentes a operação do Sinprojovem, inclusive, se for o caso, reorientando as ações em caso de quaisquer excepcionais apresentadas pelo Conveniente, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

XIV - outras obrigações que vierem a ser definidas em atos normativos competentes.

10.1.2. São obrigações dos Convenientes:

I - executar, com rigorosa observância do Convênio aprovado e das normas expedidas pelo MTE, o Projovem Trabalhador - CSJ, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar efetividade pedagógica e social;

II - cumprir os procedimentos estabelecidos pelo MTE referente ao pagamento do auxílio financeiro;

III - acompanhar e avaliar o cumprimento das ações de qualificação e inserção, mantendo cadastro individualizado e atualizado dos beneficiários, bem como listas assinadas pelos jovens, que comprovem a frequência nos cursos realizados, o fornecimento de transporte e do lanche;

IV - utilizar os recursos de forma eficiente, observando o valor hora-aula que não poderá ultrapassar a referência de valor estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ;

V - promover as medidas necessárias para inserção no mundo do trabalho de, no mínimo, 30% dos jovens beneficiários;

VI - encaminhar ao MTE os relatórios indispensáveis ao acompanhamento e à avaliação das ações, bem como da aplicação dos recursos do Convênio;

VII - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

VIII - arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como dos ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução das ações;

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS****DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**

Em 10 de agosto de 2011

Nº 22 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.005318/2011-63 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Cargos e Salários da empresa Armani Instalações e Participações Ltda, inscrita no CNPJ 12.908.822/0001-54, situada na Rua Cel. Antônio Junqueira, 181, sala 202, Caiçaras, CEP. 31230-300, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SANTA CATARINA****PORTARIA Nº 153, DE 11 DE AGOSTO DE 2011**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial Nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, e, considerando o que consta dos autos do Processo Nº Processo Nº 46220.002664/2011-81. resolve:

Conceder autorização a empresa FAVO MALHAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 82.983.404/0001-07, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Joaquim Zucco, Nº 1800, bairro Nova Brasília, na cidade de Brusque (SC), nos exatos termos prescritos parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 02 e 40 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RODRIGO MINOTTO

Ministério do Turismo**INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO****PORTARIA Nº 24, DE 11 DE AGOSTO DE 2011**

O Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 4º da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, art. 14 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.916, de 29 de julho de 2009, e art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Portaria MTur nº 108, de 30 de junho de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 136/MTur, de 09 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Suspender, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco dias), a celebração de convênios e instrumentos congêneres com entidades privadas sem fins lucrativos.

Parágrafo único. Ficam suspensas pelo mesmo período as transferências de recursos para os convênios em execução com entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 2º Determinar às Diretorias que procedam ao levantamento dos convênios e instrumentos congêneres pendentes de prestação de contas e priorizem suas análises, informando quinzenalmente as análises procedidas e providências adotadas.

Art. 3º Determinar à Auditoria Interna que realize procedimentos de fiscalização nos processos relativos a convênios e contratos, conforme programação a ser definida em conjunto com esta Presidência.

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

Ministério dos Transportes**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 199, DE 12 DE AGOSTO DE 2011**

Aprova a incorporação à Rede Rodoviária sob jurisdição federal de segmento da rodovia estadual TO-336, com extensão de 39,0 km, coincidente com a rodovia BR-235, nos termos deste ato normativo.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso da competência que lhe confere o art. 2º, do Decreto nº 5.621, de 16 de dezembro de 2005; e

Considerando que foram atendidas as exigências previstas no referido decreto, bem como aquelas constantes da Portaria MT nº 69, de 25 de abril de 2006, da Resolução nº 09/2006 do Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e da Decisão da Diretoria Colegiada do DNIT, a qual aprovou o Relato nº 183/2010-DPP, constantes do Processo nº 50600.021756/2010-81, resolve:

Art. 1º. Aprovar a incorporação à Rede Rodoviária sob jurisdição federal do segmento da rodovia estadual TO-336, existente e coincidente com a rodovia federal BR-235, com extensão de 39,0 km, discriminado a seguir:

Código PNV	Locais de Início e Fim	Km Inicial	Km Final	Ext.	Rodovia Estadual Coincidente
235BTO0510	ENTR. TO-336(A) (TUPIRAMA) - ENTR. BR-153/TO-336(B)	165,2	204,2	39,0	TO-336

Art. 2º. A incorporação só se efetivará após a assinatura do Termo de Transferência do Patrimônio, pelo órgão ou entidade estadual competente e pelo DNIT, concluído inventário conjunto, o qual deverá incluir benfeitorias e acessórios do segmento de rodovia absorvido, nos termos do artigo 2º, da Portaria MT nº 69, de 26 de abril de 2006.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES**AQUAVIÁRIOS****DIRETORIA****SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS****DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**

Em 11 de agosto de 2011

Nº 45 - Assunto: Habilitação de terminal privativo ao Tráfego Marítimo Internacional

Interessado: Alcoa Word Alumina Brasil Ltda.

Processo nº: 50300.001202/2006-66

O SUPERINTENDENTE DE PORTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 175, de 4 de setembro de 2002, do Senhor Diretor-Geral da ANTAQ, com base na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no art. 3º, inciso XXXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, combinado com o disposto no art. 6º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.001202/2006-66, resolve HABILITAR AO TRÁFEGO MARÍTIMO INTERNACIONAL as instalações do terminal portuário de uso privativo misto da empresa ALCOA WORD ALUMINA BRASIL LTDA., localizado na Enseada do Lago Grande de Juruti, s/nº - Porto Capiiranga, Juruti, PA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.167.730/0005-91, respeitadas as características do projeto, o disposto no Contrato de Adesão nº 03/2011-ANTAQ, de 4 de julho de 2011, e o atendimento às exigências dos demais órgãos envolvidos.

GIOVANNI CAVALCANTI PAIVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES**TERRESTRES****DIRETORIA****RESOLUÇÃO Nº 3.702, DE 10 DE AGOSTO DE 2011**

Autoriza a Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM a duplicar o trecho entre os pátios 7A e 8 com aproximadamente 3.558m nos municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara em Minas Gerais.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 066/11, de 3 de agosto de 2011 e no que consta no Processo nº 50505.004840/2008-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM a duplicar o trecho entre os pátios 7A e 8, com aproximadamente 3.558m, nos municípios de São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara em Minas Gerais.

Parágrafo único. Os valores autorizados para a referida obra ficam limitados ao valor de R\$ 45.470.706,50 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta mil, setecentos e seis reais e cinquenta centavos), cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Art. 2º A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação, pela EFVM, para anexação ao processo os seguintes documentos:

a) Comprovante de pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável pelo projeto;

b) Anotações de Responsabilidade Técnica e respectivos comprovantes de pagamento dos responsáveis pela execução e fiscalização da obra; e

c) Apresentar, em planta, localização, confrontamentos e dimensões dos imóveis a serem adquiridos, bem como informar o valor de compra dos mesmos.

Art. 3º O término da obra deve ser comunicado à GEROF/SUCAR e o projeto "as built" deverá ser encaminhado à ANTT para ser anexado ao processo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral**RESOLUÇÃO Nº 3.703, DE 10 DE AGOSTO DE 2011**

Concede anuência prévia para a operação de transferência de controle societário da autorizatária especial Princesa do Ivaí Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DJB - 048/11, de 29 de julho de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.000137/2011-62, resolve:

Art. 1º Conceder anuência prévia para a operação de transferência de controle societário da autorizatária especial Princesa do Ivaí Ltda., nos termos em que foi apresentada no referido processo.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG informe a Auditoria Interna da decisão, em observância à Instrução Normativa nº 27/98 do Tribunal de Contas da União, e dê ciência ao interessado.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Marcos Regulatórios - SUREG que proceda a instauração de Processo Administrativo Simplificado para apuração de possível cometimento de infrações por parte da Princesa do Ivaí Ltda. em transferência societária ocorrida em 9 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral**DELIBERAÇÃO Nº 149, DE 10 DE AGOSTO DE 2011**

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Voto DJB - 052/11, de 5 de agosto de 2011, delibera:

Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50500.004705/2008-07, referente à empresa Expresso Formosa Transportes Ltda., CNPJ nº 04.609.849/0001-18.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1º, as Unidades Organizacionais da ANTT poderão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral**DELIBERAÇÃO Nº 150, DE 10 DE AGOSTO DE 2011**

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 041/11, de 10 de agosto de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.121694/2010-35, delibera: